

MICROSCÓPIO

ESTÁVEL E FORTE...

7.V.54

Raul Pilla

PARA o grande jornal paulista, a razão fundamental da sua oposição à reforma parlamentarista é estar a salvação da República num poder Executivo estável e forte.

Perguntaria eu ao articulista, se não faz mais de sessenta anos que a República deu ao Brasil «um poder Executivo estável e forte». E perguntaria, mais, se, não obstante um Poder Executivo tão forte, que algumas vezes chegou à ditadura, não está necessitada a República, agora mais do que nunca, de salvação.

Aliás, mais de uma vez, esteve o «Estado de São Paulo» contra um determinado «Poder Executivo estável e forte» que, em falta de outros méritos, estaria caracterizando a República agora por ele preconizada. Foi assim, pelo menos, em 1924, com Isidoro Dias Lopes; foi assim em 1930, contra o «braço forte» de Washington Luís; foi assim em 1932 e 1937, contra o sr. Getúlio Vargas, que outra coisa não queria, para si, senão um governo muito estável e muito forte. Parece, pois, haver funda contradição entre a ação passada e a doutrina presente do grande jornal paulista.

Eu, por mim, prefiro a ação, com a qual fui quase sempre solidário; e, por isto, não posso deixar de impugnar a doutrina, que me parece sumamente perigosa e é, por coincidência, a doutrina do sr. Getúlio Vargas.

Tenho eu sustentado que os presidencialistas convictos e conscientes não são verdadeiramente democratas. São presidencialistas, porque não admitem e não compreendem aquêle delicado jôgo de ações e reações, aquela continua elaboração da consciência coletiva, de que resulta o governo democrático. Para eles democracia é somente eleição, é somente origem popular da autoridade. Conferida a investidura, deve ser o governo democrático uma como ditadura, insensível à opinião do eleitorado e a ela sobreposto, isto é, deve ser «estável e forte», como preconiza o «Estado de São Paulo».

Certo, nem sempre a doutrina se apresenta com tamanha clareza, para não dizer crueza. O próprio articulista da grande fôlha procura justificá-la com «a realidade sociológica subjacente à nossa estrutura política». Como antigamente nunca faltavam juristas para legitimar o absolutismo dos monarcas, não faltam agora sociólogos para justificar o despotismo dos presidentes...